

# Uma guerra muito fácil

**Heraclio Salles \***

**I**nforma-se de Brasília que a campanha para a deputação federal e local está sendo nitidamente comandada por magnatas da construção civil. Indicam-no as pesquisas e, sobretudo, o asseguram as agências de publicidade, encarregadas de conferir mandatos certos a incertos *benfeitores* das comunidades pobres do Distrito Federal.

Nenhuma surpresa. Foi com o sentimento do resultado, até em relação ao objetivo desta segunda etapa, que os constituintes cederam, uns a conhecidos impulsos românticos e muitos outros ao *lobby* dos empresários, para dar a Brasília o presente de grego de uma Câmara Legislativa. Embora sem efeito prático, é preciso insistir no esclarecimento de que a nova Capital começou a ser desgarrada do controle federal, exercido pelo Senado e pelo Governo da União que financeiramente a sustenta, para evidenciar em pouco tempo a necessidade de rever o texto constitucional e corrigir o erro funesto. Por mais rápido que ande o Congresso nessa correção indispensável, não é de crer que chegue, entretanto, a evitar de todo a depredação a ser iniciada nos primeiros meses de funcionamento da *Gaio-la de Ouro*.

De qualquer ângulo de que se encare o problema, a decisão da Constituinte se evidencia enganosa e absurda. Brasília continua a compor seu orçamento com vultosas somas de recursos doados pela União (*transferências correntes e de capital*, na linguagem técnica). Ora, sem autonomia orçamentária, como é possível outorgar a uma cidade qualquer, ainda em processo de construção, autonomia política? Sem recursos próprios, suficientes para estimar uma receita correspondente ao vulto da despesa, como fazer o orçamento de que ela precisa para melhorar as condições urbanas e implantar serviços de infra-estrutura ainda inexistentes? E, com orçamento fictício, entregue à irresponsabilidade de um autogoverno simulado no papel, como fiscalizar-lhe a execução?

Vê-se que tudo está posto no reino da fantasia política para servir, exclusivamente, a interesses do projeto de riqueza pessoal de alguns aventureiros.

Conquanto sonhada desde os últimos anos do período colonial, a criação de Brasília é de ontem. Estão vivos os que presenciaram seu nascimento a *forceps*, levados para lá pelo apelo justificável de vantagens funcionais compensadoras ou pela compulsoriedade da transferência de suas repartições. Não somente esses pioneiros, mas os que acompanharam de todos os estados a aventura inflacionária da implantação do plano de Lúcio Costa em minguados três anos, sabem o suficiente para avaliar a diferença entre aquilo e o processo de fixação da sede do governo norte-americano por uma longa e lenta aplicação do projeto de Pierre l'Enfant, modificado tantas vezes quantas mostraram a conveniência ou a fatalidade de retificar os rumos e alterar o ritmo da construção. Ao longo do primeiro século, depois de oito mudanças, a capital da Federação americana passou de Filadélfia a Princeton e veio a se fixar na região do Potomac, não por acaso: este rio iria

atrair a riqueza de Ohio e, de outro lado, abria-se para Alessandria a perspectiva de sua transformação em importante empório mercantil.

O autogoverno foi suprimido ao Distrito de Columbia e só em período historicamente recente o conselho administrativo composto de elementos nomeados pelo governo da União cederia lugar ao órgão político que hoje dirige a vida administrativa de Washington com o prefeito escolhido pelo voto popular. Nosso Distrito Federal nasceu pronto no Rio de Janeiro — tratado no entanto como *município neutro* no regime constitucional de 91 — e em 1935 elegia por voto indireto Pedro Ernesto, notável homem público, administrador eficiente e escrupuloso, cujo drama pessoal sob a tempestade desencadeada pela estratégia castilhistas de Getúlio Vargas aconselhou uma volta à solução do prefeito nomeado. Ressalvado o sentido isolado de violência praticado contra aquele homem, e contra outros que com ele governaram (como Anísio Teixeira, para ficar só num alto exemplo), o autonomismo se mostrou um tanto equivocado mesmo aqui, onde se reuniam condições objetivas, financeiras e econômicas, para justificá-lo, mas onde também entravam em conflito pelo convívio forçado o poder local e o poder federal.

No caso de Brasília não há sequer o que ressaltar, muito menos discutir. A Federação ainda paga elevado preço pelo seu funcionamento, que se mostra precário e prejudicial ao desempenho tanto do Executivo federal como — principalmente — das duas Casas do Congresso, hoje expostas à execração pública em todo o país pelo nível da representação e por vícios lá agregados à sua natureza em toda parte vulnerável.

Em nenhum outro caso — no Canadá e na Austrália, como nos Estados Unidos — alguém conceberia a imprudência de entregar a capital estratégica do sistema federal à sanha fria dos homens de negócio que se dedicam à indústria predatória da construção civil. Em Brasília aconteceu, conquanto não se possa razoavelmente atribuir aos constituintes em geral esse exclusivo propósito. Mas na realidade o assalto se acha planejado e vai-se consumir. Enquanto aqui esteve a capital, dotada de um conselho municipal mas sob o controle da União, na pessoa do prefeito e com o Senado a julgar os vetos às leis alucinadas, o Rio de Janeiro resistiu a atentados como a liberação de gabarito que no Estado da Guanabara, em pouco tempo, fizeram avançar por toda a cidade o muro de edifícios que antes limitava a Copacabana a presença asfíxia da especulação imobiliária.

Um general inglês de nome Ross praticamente destruiu a cidade de Washington, em 1814, invadindo-a à frente de 5 mil homens para incendiar seus edifícios mais nobres, inclusive o Capitólio, reconstruído pouco depois. Brasília está sendo preparada para outra espécie de destruição, comandada de dentro por alguns empresários que logo mais estarão ganhando uma guerra muito fácil: sem general e sem resistência da população anestesiada. O *marketing* político-eleitoral substitui com vantagem o fogo e a tropa de qualquer invasor.